

COORDENACAO REGIONAL CAMPO GRANDE/MS

Estudo Técnico Preliminar 1/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08752.000786/2025-31

2. Descrição da necessidade

A contratação é necessária para viabilizar, de forma integrada e tempestiva, a execução de projetos de etnodesenvolvimento, produção de alimentos e gestão ambiental nas Terras Indígenas atendidas pela CR Campo Grande, CR Dourados, CR Ponta Porã, CR Araguaia Tocantins e CR Maranhão e FPE Awá, mediante a aquisição de sementes de cereais (milho, feijão, arroz e amendoim), de legumes, verduras e frutas, em alinhamento à missão institucional da Funai e aos instrumentos de planejamento vigentes.

A contratação reunindo a demanda destas 6 Unidades da Funai, decorre da criação da Coordenação Regional de Suporte São Luís (CRSSLZ), as Coordenações Regionais de Suporte são unidades criadas no âmbito da reestruturação da Funai para concentrar atividades administrativas e de apoio logístico em nível regional, liberando as Coordenações Regionais finalísticas para se dedicarem prioritariamente às ações de proteção territorial, etnodesenvolvimento, gestão ambiental e promoção de direitos dos povos indígenas. Elas assumirão rotinas como licitações, gestão de contratos, material e patrimônio, orçamento e finanças, padronizando procedimentos e garantindo maior qualidade técnica e controle nessas áreas.

No caso específico, a Coordenação Regional de Suporte São Luís (CRSSLZ), passa a integrar esse novo arranjo de governança, com jurisdição sobre as CRs Araguaia Tocantins, Campo Grande, Dourados, Maranhão, Ponta Porã e a Coordenação de Frente de Proteção Etnoambiental Awá. A partir do próximo exercício, a CRSSLZ assumirá a gestão administrativa dessas unidades, incluindo, entre outras funções, a condução de processos de licitação, a gestão de contratos, o controle de estoques e patrimônio, o apoio orçamentário e financeiro e a coordenação logística de suprimentos.

Deste modo, esta futura licitação, apesar de ser realizada sob a UASG da Coordenação Regional de Campo Graande, tem por objetivo inaugurar a gestão integrada da CRS.

A demanda decorre de necessidades apresentadas pelas comunidades indígenas ao longo do exercício anterior e início do atual, consolidadas em oficinas regionais com a CGETNO e as CRs de Ponta Porã, Dourados, Campo Grande, Maranhão e a FPE Awá, para estruturação do Plano Integrado de Ações de Etnodesenvolvimento (PIAPE), com rubricas já registradas no SIOP e articuladas a emendas parlamentares, garantindo aderência programática e orçamentária.

A missão da Funai, prevista na Lei nº 5.371/1967 e no Decreto nº 11.226/2022, abrange a proteção territorial, a promoção do desenvolvimento sustentável e dos direitos sociais dos povos indígenas, incluindo o apoio à produção de alimentos, ao manejo agroflorestal e à vigilância indígena; a presente contratação se insere diretamente nessas competências ao prover insumos essenciais para roças familiares e comunitárias, sistemas agroflorestais e recuperação ambiental em Terras Indígenas.

Propõe-se o registro de preços para aquisição de sementes de cereais, hortaliças e frutas, dimensionadas a partir do histórico de aquisições, dos Planos Anuais de Trabalho e das metas do PIAPE, com atendimento a diversas unidades atualmente integradas à Coordenação Regional de Suporte São Luís (CRSSLZ), reforçando a coerência entre as necessidades finalísticas e o novo arranjo de governança administrativa que centraliza e padroniza rotinas de suporte.

A ausência de sementes no tempo adequado compromete a abertura e preparo de áreas, o plantio, a colheita e a reposição de estoques, afetando segurança e soberania alimentar, geração de renda, recomposição florestal e proteção de nascentes, além de fragilizar a resiliência das comunidades indígenas frente a eventos climáticos extremos e à degradação ambiental.

Com os bens a serem adquiridos, busca-se mitigar vulnerabilidades alimentares, fomentar a produção familiar tradicional, apoiar viveiros comunitários e ações de restauração florestal, fortalecer cadeias da sociobiodiversidade e consolidar arranjos produtivos que dialogam com mercados institucionais (PAA, PNAE), gerando impactos diretos na dignidade, autonomia produtiva e capacidade de gestão territorial e ambiental pelas próprias comunidades indígenas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT - CR-CGR	Jorge Pereira da Silva
Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT - CR-PP	Paulo Pereira da Silva
Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT - CR-DOU	Carlos Fabiano Azevedo
Frente de Proteção Etnoambiental Awa	Daianne Veras Pereira
Edilena Eh`huc Torino Krikati,	Coordenação Regional do Maranhão - FUNAI
Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT - CR-ATO	Clarisse Marina dos Anjos Raposo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Regularidade do produtor e do material

4.1. As sementes e deverão ser produzidas, beneficiadas e comercializadas por produtor, comerciante ou entidade inscrita e regular no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM, em categoria compatível com a atividade exercida (produtor, comerciante, armazenador, laboratório etc.).

4.2. As cultivares ofertadas deverão estar previamente registradas no Registro Nacional de Cultivares – RNC, quando exigível para a espécie, observando-se as condições de habilitação e uso estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

4.3. Não serão aceitas sementes de cultivares não inscritas no RNC (quando obrigatório) ou produzidas por pessoa física ou jurídica não inscrita no Renasem, salvo hipóteses expressamente autorizadas em normas complementares do MAPA.

Padrões mínimos de identidade e qualidade

4.4. As sementes deverão atender, no mínimo, aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo MAPA em normas específicas (instruções normativas/decretos), válidos em todo território nacional, quanto a pureza, germinação /viabilidade, presença de sementes de outras espécies/cultivares e sementes nocivas toleradas ou proibidas.

4.5. Para cada espécie ou grupo (cereais, hortaliças, frutíferas, florestais/nativas), deverão ser observados, no mínimo, os seguintes parâmetros, conforme o padrão oficial aplicável:

- grau de pureza física mínimo indicado nas normas específicas;
- porcentagem mínima de germinação ou viabilidade;
- limites máximos para sementes de outras cultivares e espécies;
- limites máximos para sementes nocivas (toleradas, proibidas e/ou infestadas).

Amostras e laudos de análise

4.6. Cada lote de sementes ofertado deverá estar acompanhado de Boletim de Análise de Sementes, emitido por laboratório credenciado no Renasem, dentro do prazo de validade definido pela legislação, contemplando, no mínimo: identidade, pureza, germinação/viabilidade e ocorrência de outras sementes/impurezas.

4.7. Quando aplicável, deverá ser apresentado Termo de Conformidade ou Certificado de Sementes, emitido pelo responsável técnico ou pela entidade certificadora, conforme o Sistema Nacional de Sementes.

Rotulagem, embalagem e rastreabilidade

4.8. As sementes deverão ser entregues em embalagens íntegras, limpas e adequadas ao tipo de material, de forma a preservar a qualidade durante transporte e armazenamento.

4.9. Cada embalagem deverá conter rótulo, carimbo ou etiqueta com, no mínimo, as seguintes informações obrigatórias:

- nome e CNPJ/CPF do produtor ou comerciante, e número de inscrição no Renasem;
- espécie e cultivar;
- categoria/classe da semente (quando aplicável);
- número do lote;
- peso ou quantidade de sementes;
- resultados de análise (germinação/viabilidade, pureza, data da análise e validade);
- data de produção/colheita e prazo de validade;
- indicação de existência de tratamento químico, quando houver.

Boas práticas, origem genética e responsabilidade técnica

4.10. As sementes devem ser produzidas segundo boas práticas de produção, beneficiamento e armazenamento, sob responsabilidade de responsável técnico habilitado, garantindo o controle de origem genética, de gerações e de qualidade em todas as etapas, quando exigido para a espécie e categoria.

4.11. O fornecedor é responsável por garantir que o material entregue mantém, no momento da entrega, padrão mínimo de germinação/viabilidade e demais requisitos informados em laudos e rótulos, respondendo por vícios de qualidade conforme a Lei nº 10.711/2003, seu regulamento e normas complementares.

Cláusula de rejeição e substituição

4.12. Fica resguardado ao contratante o direito de rejeitar lotes que não atendam integralmente aos padrões de identidade e qualidade, rotulagem, documentação e regularidade cadastral exigidos, bem como exigir a substituição imediata, às expensas da contratada, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Requisitos de habilitação e conformidade

4.13. Regularidade fiscal e trabalhista; comprovação de capacidade técnica mediante atestados de fornecimento de itens similares; declarações de conformidade às normas de segurança e, quando aplicável, certificados e CAs vigentes.

Critérios de aceitação e recebimento

4.14. Recebimento provisório condicionado à inspeção visual e documental e verificação de especificações (dimensões, materiais, gramaturas).

4.15. Recebimento definitivo após período de uso assistido (até 30 dias) sem ocorrência de vícios aparentes ou funcionais; itens em desconformidade deverão ser substituídos integralmente sem ônus.

Critérios de julgamento e proposta

4.16. Menor preço por item ou grupo, com exigência de planilha de composição de preços e garantia de manutenção das condições por toda a vigência da ata; possibilidade de desempate próME/EPP conforme legislação.

4.17. Propostas devem contemplar prazos de entrega, condições de garantia, assistência técnica local, disponibilidade de peças e cronograma de reposição; serão desclassificadas ofertas que não comprovem requisitos mínimos de qualidade, segurança e certificações exigidas.

4.18 Para assegurar a execução adequada, contínua e segura do objeto, é necessária a exigência de atestado(s) de capacidade técnica que comprovem aptidão do licitante para fornecer bens com características, quantidades e prazos compatíveis com a presente contratação, em estrita observância ao artigo 67 da Lei 14.133/2021, que limita a habilitação técnica à demonstração de aptidão pertinente e compatível com o objeto e autoriza a comprovação por atestados e certidões emitidos por conselhos profissionais, quando aplicável.

4.19. A proporcionalidade decorre do fato de que a contratação abrange itens críticos para atividades de etnodesenvolvimento, com entregas descentralizadas e prazos vinculados a janelas agronômicas, o que demanda fornecedores com experiência prévia em fornecimentos similares em escala, variedade e especificações técnicas, mitigando riscos de atraso, inconformidade e indisponibilidade de peças/assistência.

4.20 Assim, requer-se: i) atestado(s) que comprovem fornecimento de bens similares em natureza e complexidade, em quantitativos compatíveis com o lote ou item, com indicação de prazos de entrega cumpridos e desempenho satisfatório; ii) vedação a exigências desarrazoadas ou dissociadas do objeto (ex.: exigência de histórico temporal desproporcional), preservando competitividade.

4.21 A exigência é indispensável para o julgamento objetivo porque discrimina propostas com capacidade comprovada para atender às condições de fornecimento, logística e suporte pós-venda exigidas, resguardando a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa com menor risco de execução, conforme diretrizes de boas práticas e entendimento consolidado de órgãos de controle sobre compatibilidade de características, quantidades e prazos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram avaliadas as seguintes alternativas para atendimento das demandas, de caráter esporádico e com quantitativos não previamente definidos, das unidades da Funai:

a) Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo apenas o registro formal de preços para futuras aquisições, sem obrigação de contratar nem de garantir quantitativos mínimos, viabilizando compras fracionadas ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, com manutenção dos preços por, ao menos, 12 meses.

b) Pregão Eletrônico “convencional”, com contratação imediata e fornecimento parcelado e contínuo, que reduz o número de procedimentos licitatórios, pode gerar economia de escala, mas exige definição prévia de quantidades e imobilização de dotação orçamentária para todo o período contratual, ainda que parte da demanda não venha a se concretizar.

c) Contratação de empresa de suprimentos especializada, que disponibiliza plataforma on-line com ampla cesta de itens para aquisições sob demanda, cobrando taxa de administração sobre as compras; embora esse modelo reduza estoques locais e permita grande flexibilidade para itens de consumo, mostra-se pouco adequado ao objeto desta licitação, que inclui, além de bens de consumo, um conjunto relevante de bens permanentes (ferramentas, equipamentos e implementos), usualmente não contemplados de forma vantajosa em catálogos desse tipo.

5.2. Considerando que as aquisições serão esporádicas, com volumes variáveis, recursos provenientes de diversas fontes e necessidade de abastecimento de múltiplas Coordenações Regionais e CTLs, a solução mais aderente é o Pregão Eletrônico para Registro de Preços, que não vincula o órgão a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, não exige comprometimento integral de dotação na origem e permite aquisições fracionadas, alinhadas às janelas de execução dos projetos e à efetiva disponibilidade orçamentária.

5.3. Foi também analisada a alternativa de adesão a atas de registro de preços já existentes (carona), hipótese que, em tese, poderia conferir celeridade. Contudo, a presente demanda reúne grande quantidade e diversidade de itens, muitos deles específicos de projetos de etnodesenvolvimento em Terras Indígenas, o que tornaria a busca, análise de compatibilidade e adesão a múltiplas atas excessivamente complexa e demorada, com elevado custo administrativo e risco de fragmentação de especificações. Além disso, a pesquisa de preços realizada demonstrou que diversos itens

sequer possuem código cadastrado em bases padronizadas ou não apresentam resultados em consultas de mercado, sendo licitados quase exclusivamente por unidades da própria Funai, em razão das particularidades dos projetos executados, o que reduz a disponibilidade de atas externas realmente aderentes ao objeto pretendido.

5.4. Diante desse cenário, a realização de pregão SRP especificamente desenhado para o conjunto de itens desta contratação mostra-se a opção mais eficiente, segura e alinhada às características da demanda, permitindo que a Funai consolide necessidades de várias unidades em um único instrumento, com especificações próprias, gestão centralizada de preços e possibilidade de aquisições fracionadas, tanto para bens de consumo quanto para bens permanentes, sem as limitações e descompassos que se verificariam em contratos convencionais ou em modelos genéricos de suprimentos corporativos.

6. Descrição da solução como um todo

Da entrega dos bens

6.1 A entrega dos materiais ocorrerá de forma parcelada, em diferentes locais, nas sedes das Coordenações Regionais atendidas por esta licitação.

6.2 Os materiais deverão ser entregues em horário comercial em dia e horário previamente acordado com o gestor do contrato, para permitir o acompanhamento da descarga do material por servidor da FUNAI.

6.3. O prazo máximo de entrega dos materiais será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da requisição/ordem de compra, nos seguintes locais:

- **Coordenação Regional de Campo Grande:** Endereço: Rua Sete de Setembro n. 1733, Centro, Campo Grande /MS - CEP: 79.002-130; Telefone: (67) 99283-5463; E-mail: cr.campogrande@funai.gov.br
- **Coordenação Regional de Dourados:** Endereço: Av. Marcelino Pires nº 3.923, Jardim Caramuru, Dourados /MS - CEP: 79.830-001; Telefone: (67) 3424-9733 / 9643 / 9463; E-mail: cr.dourados@funai.gov.br
- **Coordenação Regional Ponta Porã:** Endereço: Rua Guia Lopes, nº 1671, Centro, Ponta Porã/MS - CEP: 79.904-514; Telefone: (67) 3431-9121 / (67) 99239-6364; E-mail: cr.pontapora@funai.gov.br
- **Coordenação Regional Araguaia Tocantins:** Endereço: Quadra 103 Norte, Rua NO 01, número 35, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP 77.001-016; Telefone: (63) 99280-4603; E-mail: cr.araguaiatocantins@funai.gov.br.
- **Coordenação Regional do Maranhão:** Endereço: Rua Simplício Moreira nº 1115, Centro, Imperatriz/MA - CEP: 65.901-490; Telefone: (99) 3523-2023 / 3526-6971; E-mail: cr.maranhao@funai.gov.br.
- **Frente de Proteção Etnoambiental Awá:** Endereço: Rua das Agulhas Negras, quadra 37, lote 06, Bairro Calhau, São Luis/MA - CEP 65.071-640; E-mail: daianne.pereira@funai.gov.br.

6.4. Os materiais serão solicitados por meio de Requisição/Ordem de Compra contendo todas as informações necessárias para a sua entrega, sendo esta acompanhada da nota de empenho que cobrirá a despesa da contratação.

6.5. Os materiais deverão ser disponibilizados conforme especificações e condições constantes no presente instrumento.

6.6. Os documentos serão enviados por meio eletrônico (e-mail) ou entregues na sua forma física, de acordo com a necessidade da Administração, considerando os quantitativos contratados, devendo o fornecedor confirmar o seu recebimento no ato do recebimento, no caso de entrega física, ou em até 2 (duas) horas, caso enviado por e-mail.

6.7. O fornecedor contratado deverá manter atualizado as informações de contato (telefone e e-mail) junto ao órgão, uma vez que a ausência de manifestação dentro dos prazos ensejará penalizações.

6.8. Caso os materiais sejam considerados de baixa qualidade, os mesmos deverão ser trocados pelo fornecedor, sem que isso signifique qualquer ônus para o órgão.

6.9. Havendo necessidade de substituição dos materiais, este deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias

Garantia da contratação

6.10. Não haverá exigência da garantia da contratação conforme previsão dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões a seguir:

- a) a aquisição dos materiais poderá ocorrer em sua totalidade ou não, pois está condicionada a necessidade e disponibilidade orçamentária do órgão;
- b) o requisito em comento onera a contratação e limita a participação de potenciais fornecedores;
- c) ampliação da concorrência, o que resultará em maior economicidade para a Administração;
- d) problemas na entrega dos materiais, geraram prejuízos às ações finalísticas desta unidade, mas não há risco de prejuízo econômico ou responsabilização da CR por direitos e deveres trabalhistas.
- e) as multas e sanções previstas no Termo de Referência, já são adequadas para a garantia da correta execução do serviço.

Garantia dos bens, manutenção e assistência técnica

6.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Forma de Seleção

6.12. A licitação adotará o critério de julgamento MENOR PREÇO e adjudicação do objeto pelo MENOR PREÇO POR GRUPO ou POR ITEM.

Da Classificação dos Bens Comuns

6.13. Trata-se de aquisição de bens classificados como comuns, por ser possível estabelecer especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto da futura contratação, conforme preceitua o inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, citamos *in verbis*:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Da aquisição de bens de luxo

6.14. O art. 20 da Lei 14.133/2021 veda explicitamente às compras, pela Administração Pública, de “artigos de luxo”.

6.14.1 O Decreto 10.818/2021, contudo, vai além. em seu art. 2º, inc. I, alíneas, prevê que a categoria dos bens de luxo pode ser identificada por características qualitativas tais como ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. Não obstante, a alusão a essas características é fundamental para delimitar a incidência da vedação à aquisição de bens de luxo pela Administração Pública.

6.14.2. Considerando que o objetivo desta contratação é a aquisição de alimentos, materiais de copa, cozinha e limpeza, que nenhum dos item possui custo elevado, ou exigências específicas de qualidade ou aparência e nem são caracterizados pelas regras fiscais como bens supérfluos, consideramos que a vedação esta sendo cumprida.

Vigência do Contrato

6.15. Por se tratar de fornecimento de bens de forma continuada, o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, com fundamento nos artigos 105 da Lei nº 14.133/2021.

Possibilidade de utilização de substitutivos ao contrato

6.16 Considerando a natureza do objeto aquisição de sementes, avalia-se que a forma padrão de atendimento da necessidade deve ser a celebração de contratos decorrentes de pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços, admitindo-se, de forma complementar, o uso de mecanismos substitutivos ao contrato.

6.17. Nessa perspectiva, poderão ser utilizados, quando cabível, instrumentos como notas de empenho/ordens de fornecimento emitidas com base na ata de registro de preços, dispensando a formalização de termo contratual para fornecimentos de baixo valor ou de execução imediata, desde que observados os limites legais e as diretrizes internas.

Participação de Consórcios

6.18. No que tange a participação de consórcios, o mesmo será admitido, visto que por tratar-se de atendimento de comunidades em todo o estado do Paraná e a questão logística representará importante fator na definição dos custos dos itens, foi deliberado pela autorização de formação de consórcios para permitir empresas com menor capacidade logística possam se unir para o fornecimento dos materiais.

Participação de Cooperativas e Agricultores Familiares

6.19. A permissão para participação de cooperativas e agricultores familiares nesta licitação se justifica tecnicamente, socialmente e sob a ótica das políticas públicas federais de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar.

6.20. Em primeiro lugar, cooperativas e organizações da agricultura familiar constituem o público prioritário de diversas políticas federais (como PAA e PNAE) e são protagonistas na produção de alimentos saudáveis, diversificados e adequados socioculturalmente às comunidades indígenas. Permitir sua participação reforça a coerência da licitação com essas políticas, amplia a inserção produtiva de pequenos produtores em mercados institucionais e contribui para a geração de renda e a permanência das famílias no campo.

6.21. Em segundo lugar, do ponto de vista econômico e operacional, cooperativas de agricultores familiares têm capacidade de organizar oferta, consolidar volumes, padronizar lotes e garantir regularidade de fornecimento, o que é essencial quando se trata de sementes para múltiplas Terras Indígenas e coordenações regionais. A participação dessas organizações, observados os mesmos requisitos de habilitação técnica, sanitária e fiscal exigidos de quaisquer fornecedores, amplia a competitividade do certame, reduz a dependência de grandes empresas intermediárias e pode resultar em melhores condições de preço e logística para a Administração.

6.22. Por fim, a inclusão de cooperativas e agricultores familiares está em consonância com os princípios da isonomia, do desenvolvimento nacional sustentável e da promoção de cadeias da sociobiodiversidade, pois:

- favorece a aquisição de materiais produzidos em bases agroecológicas ou de baixo impacto ambiental;
- incentiva a circulação de recursos em economias locais e regionais;
- fortalece arranjos produtivos alinhados às práticas tradicionais e aos projetos de etnodesenvolvimento apoiados pela Funai.

6.23. Assim, desde que atendidos os requisitos legais (registro no Renasem/RNC, padrões mínimos de qualidade e regularidade cadastral e fiscal), a permissão expressa da participação de cooperativas e agricultores familiares na licitação é medida juridicamente possível, tecnicamente recomendável e aderente às diretrizes de desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar e indígena.

Tratamento Diferenciado e Cotas

6.24. Em observância ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, será adotada, nesta licitação, a seguinte sistemática: todos os itens e grupos cujo valor estimado individual seja de até R\$ 80.000,00 serão licitados de forma exclusiva para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I.

6.25. Nas licitações realizadas pelo Sistema de Registro de Preços, a reserva de cota de até 25% do quantitativo para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, mostra-se, na prática, inaplicável, em razão de limitações operacionais do sistema eletrônico de cadastramento da licitação, que não permite a parametrização adequada de cotas reservadas vinculadas a itens com quantitativos estimados e contratações futuras e fracionadas. Essa restrição

técnica impede a correta distinção, controle e julgamento das parcelas destinadas exclusivamente a ME/EPP no contexto de um registro de preços, podendo gerar inconsistências, insegurança jurídica e dificuldades na execução da ata, motivo pelo qual, neste caso, não será aplicada a reserva de cota de até 25% do quantitativo para contratação de ME/EPP.

Marcas e modelos

6.26. A aquisição se trata de bens comuns, de ampla comercialização, vários fabricantes e características e padrões de qualidade comuns a todos os produtos disponíveis no mercado, de modo que não vemos necessidade de indicação de marcas ou modelos, desde que correspondam ao descritivo do item, que deve seguir os parâmetros do Catmat, o Catálogo de Materiais é uma base de informações com padronização de codificação e descrição de todos os materiais que podem ser licitados e adquiridos pela Administração Pública Federal, de modo que se o material ofertado corresponder à descrição do CATMAT e possuir qualidade e prazo de validade compatíveis, estará aceitável.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

6.27. Do mesmo modo que não será indicados marcas de produtos, não haverá a restrição de determinada marca ou produto, os critérios de aceitação serão técnicos, e terão como base a análise da qualidade do produto e correspondência com a descrição do Termo de Referência.

Da exigência de amostra

6.28. Considerando que todos os itens licitados não comuns e facilmente encontrados no comércio, suas características podem ser verificadas após consulta do rótulo ou catálogo, não sendo necessário o envio de amostras.

Subcontratação

6.29. Será vedada à subcontratação total ou parcial nesta contratação, isto decorre da necessidade de assegurar controle direto sobre a qualidade técnica, a rastreabilidade dos materiais e a pontualidade das entregas descentralizadas, considerando que o objeto envolve fornecimento simultâneo e sincronizado com janelas agrônomicas, além de itens críticos para manejo do fogo e proteção territorial nas Terras Indígenas, cuja indisponibilidade ou não conformidade pode gerar descontinuidade de projetos e riscos operacionais.

6.30. A execução direta pela contratada mitiga a fragmentação de responsabilidades, evita intermediação indevida e reduz riscos de inconformidade técnica, logística e de garantia, assegurando a responsabilização integral por assistência técnica, reposição e logística reversa, em consonância com as hipóteses em que a legislação permite vedar, restringir ou condicionar a subcontratação, bem como com a proibição de subcontratação total ou da parcela principal.

Consórcios

6.31. Deverá ser admitida a participação em consórcios para ampliar a competição, a capacidade técnica e logística e a cobertura territorial, quando o fracionamento por lotes e a diversidade de itens exigirem competências complementares, desde que o consórcio apresente responsabilidade solidária, indique líder, comprove capacidade técnica e econômicofinanceira conjunta e atenda a todas as exigências editalícias.

6.32. A admissão de consórcios é mais adequada do que a subcontratação para garantir governança, pois permite a avaliação prévia da capacidade integrada dos consorciados, compatível com a complexidade e a capilaridade do fornecimento, preservando o julgamento objetivo e a seleção da proposta mais vantajosa, sem transferência de execução a terceiros não avaliados no certame.

Divulgação do orçamento da licitação

6.33. Não há necessidade de sigilo com relação aos preços estimados, pelo contrário, estas estimativas são fundamentais para que seja possível ao licitante verificar a vantajosidade da contratação.

Adoção do SRP nesta licitação

6.34. A utilização do SRP é a solução mais eficiente para atender, com uma única licitação, demandas distribuídas por diversas unidades da Funai e com entregas descentralizadas e escalonadas, assegurando padronização técnica

do objeto, ganho de escala, menor custo administrativo e sincronização com janelas agrônomicas e calendários operacionais de proteção territorial nas TIs.

6.35. O regime jurídico aplicável (Lei 14.133/2021, arts. 82 a 86, e Decreto federal 11.462/2023) fundamenta a adoção do SRP para aquisições por demanda, prevendo ata com vigência de 12 meses, prorrogável por igual período mediante demonstração de vantajosidade, governança com órgão gerenciador e participantes, critérios de julgamento (menor preço/menor desconto), controles de convocação/execução e regras de atualização de preços.

6.36. No contexto desta contratação, o SRP viabiliza: i) planejamento cooperativo entre CR Campo Grande (gerenciadora) e demais CRs/CTLs (participantes), ii) contratação parcelada conforme disponibilidade orçamentária e necessidade real, iii) aderência a sazonalidade e logística em áreas remotas, iv) continuidade do abastecimento com menor risco de desabastecimento e v) manutenção de competitividade com possibilidade de revisão/atualização dos preços registrados quando comprovadas variações de mercado.

6.37. Como benefício adicional de governança e isonomia, o SRP reduz a heterogeneidade contratual entre unidades, evita múltiplos certames redundantes, concentra a gestão de riscos no instrumento da ata e proporciona transparência e rastreabilidade dos preços e fornecedores registrados, favorecendo a economicidade e a execução coordenada do plano plurianual (2025–2026, com eventual prorrogação até 2027 mediante vantajosidade).

Permissão de adesões (caronas)

6.38. A presente licitação foi estruturada sob a forma de Sistema de Registro de Preços com indicação de quantitativos totais estimados por item e por unidade participante, de modo que a ata resultante refletirá, de forma expressa, o montante máximo passível de contratação pelos órgãos e unidades originalmente participantes.

6.39. Nessa conformidade, aplica-se ao caso a interpretação sistemática do art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462/2023, segundo a qual, nas hipóteses em que o registro de preços está vinculado a quantitativos previamente dimensionados e distribuídos entre os participantes, não se admite a participação de outros órgãos ou entidades não indicados no instrumento convocatório como gerenciador ou participantes.

6.40. Considerando que o dimensionamento dos quantitativos foi realizado com base em necessidades específicas das Coordenações Regionais e unidades envolvidas, bem como em limitações orçamentárias e operacionais próprias deste arranjo de governança, a autorização de adesões por não participantes poderia comprometer o planejamento original, a segurança do atendimento das demandas previstas e o equilíbrio econômico da ata, razão pela qual **não será admitida a figura da adesão ("carona")** no âmbito desta contratação.

6.41. Dessa forma, a ata de registro de preços decorrente desta licitação será de uso exclusivo do órgão gerenciador e dos órgãos/unidades participantes expressamente indicados nos autos, vedada a utilização por terceiros não elencados no edital, em estrita observância aos comandos do art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462/2023.

Quanto a Renovação do saldo das Atas

6.42. Será prevista nesta contratação, a possibilidade de renovação das quantidades originalmente registradas na ata de registro de preços, por ocasião da prorrogação de sua vigência, como medida de eficiência administrativa e de continuidade das ações de etnodesenvolvimento, proteção territorial e gestão ambiental desenvolvidas pelas Coordenações Regionais da Funai nos exercícios subsequentes.

6.43. A renovação do saldo da ata permitirá que as CRs mantenham, em 2027, acesso aos mesmos itens, especificações, fornecedores e condições comerciais já testados em 2025–2026, evitando a necessidade de deflagrar novo processo licitatório em curto espaço de tempo, o que reduz custos transacionais, prazos de tramitação e riscos de descontinuidade em etapas críticas do ciclo produtivo (preparo de solo, plantio, colheita, implantação de viveiros, manejo do fogo).

6.44. Do ponto de vista do planejamento, a possibilidade de renovação de quantitativos contribui para alinhar o horizonte de abastecimento ao caráter plurianual dos projetos apoiados (especialmente aqueles que envolvem roças

agroecológicas, sistemas agroflorestais e estruturação de brigadas e vigilância territorial), permitindo que as CRs programem, com maior segurança, a execução de ações previstas em planos de trabalho para 2027, sem inflar artificialmente os quantitativos iniciais apenas por cautela.

6.45. Sob a perspectiva da economicidade, a manutenção da ata com renovação dos quantitativos, condicionada à comprovação de que os preços permanecem vantajosos, possibilita aproveitar economias de escala já obtidas, mitigar a exposição a oscilações pontuais de mercado e reduzir o risco de contratar, em nova licitação, fornecedores com desempenho inferior, preservando arranjos já consolidados e aprovados pelas unidades usuárias.

6.46. Por fim, a renovação do saldo das atas reforça a governança do Sistema de Registro de Preços ao permitir que o mesmo instrumento atenda, de forma contínua, às demandas de múltiplas CRs em diferentes exercícios, com uso da funcionalidade específica no sistema de gestão de contratos, desde que observados, no momento da prorrogação, os requisitos de vantajosidade, motivação e formalização adequada em termo aditivo dentro do prazo de vigência.

Abertura de Prazo para Adesão de Órgãos Participantes à Ata de Registro de Preços

6.47. Diante da urgência e relevância da licitação promovida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) para a aquisição de sementes, destinado às comunidades indígenas atendidas pelas diversas Coordenações Regionais na qual esta licitação visa atender, a decisão de não abrir prazo para adesão de órgãos participantes se fundamenta em diversos fatores que demandam uma contratação rápida e eficaz. Abaixo estão as justificativas para a escolha de não permitir adesão de órgãos participantes no momento da formalização da Ata:

6.47.1. A licitação promovida pela FUNAI foi planejada para atender às necessidades específicas e urgentes das comunidades indígenas. A prioridade absoluta neste momento é garantir que os materiais sejam adquiridos e distribuídos de forma rápida, a fim de mitigar os impactos das intempéries e melhorar as condições de vida dessas populações. Ao optar por não abrir prazo para adesão de outros órgãos, a FUNAI evita a sobrecarga do processo com novas demandas que possam retardar a entrega dos produtos e desviar o foco da sua missão prioritária.

6.47.2. A abertura de prazo para adesão de outros órgãos poderia aumentar a complexidade do processo administrativo, implicando em uma maior necessidade de coordenação e ajuste entre diferentes entidades. Isso poderia acarretar atrasos tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, comprometendo o caráter emergencial da contratação. A decisão de restringir a ata à FUNAI neste momento busca preservar a simplicidade e agilidade do processo, assegurando que os materiais sejam disponibilizados o mais rapidamente possível para as comunidades necessitadas.

6.47.3. O planejamento inicial da licitação considerou a necessidade imediata e a dimensão das demandas das comunidades indígenas atendidas pela FUNAI. A inclusão de outros órgãos participantes neste estágio poderia alterar significativamente o escopo e a logística da contratação, resultando em adaptações que demandariam mais tempo e esforços adicionais da equipe gestora, além de possíveis revisões nos quantitativos e prazos inicialmente previstos. Assim, a decisão de não permitir adesão de órgãos participantes preserva o planejamento original, garantindo que a execução ocorra conforme as previsões iniciais.

6.47.4. A abertura de prazo para adesão de outros órgãos necessariamente envolveria procedimentos burocráticos adicionais, como a publicação de convites, análise de propostas e eventual ajuste no termo de referência. Esses processos burocráticos consomem tempo precioso que, no presente contexto de emergência, a FUNAI não pode se dar ao luxo de desperdiçar. A decisão de não abrir prazo para adesão reduz a burocracia envolvida e permite que a contratação ocorra com a máxima agilidade.

6.47.5. Embora não haja abertura de prazo para adesão de órgãos participantes neste momento, isso não impede que, em uma eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços, seja considerada a adesão de outros órgãos interessados. Assim, ao priorizar a urgência da contratação agora, a FUNAI mantém a possibilidade de colaboração interinstitucional futura, em um momento em que os materiais já estejam sendo entregues e as necessidades das comunidades indígenas estejam parcialmente atendidas.

6.47.6. A decisão de não permitir a adesão de outros órgãos visa também assegurar que os recursos sejam utilizados de maneira focada e eficiente, evitando dispersão ou sobrecarga de demanda. O objetivo é garantir que os recursos públicos sejam aplicados prioritariamente para atender à necessidade emergencial das comunidades indígenas;

6.47.7. E considerando que parte dos recursos é provenientes da Emendas Parlamentares, destinada à Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, no Orçamento Geral da União – 2025, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais), para atendimento dos povos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, é fundamental que a futura licitação seja concluída ainda no exercício de 2025, intenção que poderia ser prejudicada, com o cumprimento do prazo de divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Negação da Possibilidade de Oferecimento de Quantidades Inferiores no Edital

6.48. A decisão de não permitir que os licitantes apresentem propostas em quantidades inferiores às estabelecidas no edital de registro de preços justifica-se por diversos motivos operacionais, estratégicos e de eficiência administrativa, especialmente considerando o atual contexto de execução do pregão eletrônico pelo sistema Compras.gov.br. Destacamos os principais pontos que fundamentam essa escolha:

6.49. Prejudicial à Eficiência da Gestão Contratual: Permitir que os licitantes ofereçam propostas para quantidades inferiores ao máximo previsto no edital pode resultar em um aumento significativo no número de contratos a serem geridos. Isso implicaria uma carga administrativa mais elevada para a Administração, pois cada contrato adicional exigiria acompanhamento, fiscalização, e gestão de documentos de forma individualizada, gerando mais complexidade e potencialmente mais despesas administrativas. Uma multiplicação de contratos tornaria a gestão do processo de compra mais morosa e suscetível a falhas, comprometendo a eficiência dos serviços públicos.

6.50. Dificuldade no Planejamento Logístico e no Controle de Estoque: A aquisição de quantidades inferiores ao previsto no edital pode fragmentar o fornecimento, o que acarretaria dificuldades logísticas e atendimento das comunidades indígenas de forma igualitária e no momento certo.

6.51. Incompatibilidade com o Sistema Atual (Compras.gov.br): A plataforma Compras.gov.br, utilizada para a realização do pregão eletrônico, ainda não foi completamente atualizada para atender às inovações da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), como a possibilidade de cotação para quantidades inferiores. Isso significa que a inserção de tal previsão no edital não poderia ser plenamente operacionalizada no sistema, gerando riscos de inconsistências técnicas e dificultando a gestão automatizada da licitação. Utilizar um mecanismo que o sistema não suporta plenamente pode resultar em dificuldades de execução e até em impugnações por parte dos participantes.

Margem de preferência

6.52. Foram analisados o Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta a aplicação da margem de preferência no âmbito da Administração Pública Federal, e a Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025, a qual alterou a Resolução SEGES/CICSMGI nº 4/2024, estabelecendo os produtos manufaturados e serviços alcançados pelas margens de preferência.

6.23. Após confronto entre os itens previstos nesses normativos e a relação de bens a serem adquiridos na presente licitação, não se identificou qualquer enquadramento do objeto nos segmentos beneficiados por margem de preferência normal ou adicional.

6.54. Dessa forma, registra-se expressamente que, para a futura contratação em análise, não se aplica a margens de preferência de que tratam o Decreto nº 11.890/2024 e a Resolução CICS/MGI nº 8/2025 (bem como a Resolução SEGES/CICSMGI nº 4/2024), devendo o julgamento das propostas observar exclusivamente os critérios gerais de seleção da proposta mais vantajosa, sem qualquer tratamento diferenciado decorrente desses instrumentos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As estimativas de quantidades da futura contratação foram consolidadas a partir das informações constantes nos Documentos de Formalização da Demanda, nos Planos de Trabalho e demais documentos de planejamento encaminhados pelas Coordenações Regionais e pela Frente de Proteção Etnoambiental, considerando: (i) a necessidade de atendimento ainda no exercício de 2025, inclusive com recursos já empenhados ou previstos e ainda não executados; e (ii) uma projeção de consumo para o exercício de 2026, alinhada ao cronograma de implantação e expansão dos projetos de etnodesenvolvimento e gestão ambiental.

8.2. Os quantitativos foram estruturados por item e por unidade demandante, de forma a refletir a realidade operacional de cada Coordenação Regional, permitindo economia de escala sem perder a rastreabilidade das necessidades específicas. Na planilha de itens, cada coluna de quantitativo corresponde a uma unidade participante, identificada por sua sigla institucional, a saber: Coordenação Regional de Campo Grande – CRCGR; Coordenação Regional de Dourados – CRDOU; Coordenação Regional de Ponta Porã – CRPP; Coordenação Regional Araguaia Tocantins – CRATO; Coordenação Regional do Maranhão – CRMA e Frente de Proteção Etnoambiental Awá – FPEAWA.

8.3. Para cada item, a quantidade total estimada resulta da soma dos quantitativos informados por essas unidades, de acordo com suas demandas específicas (por exemplo, área de roças a serem implementadas, número de famílias beneficiárias, número de brigadistas, capacidade de viveiros e metas físicas dos projetos), de modo a compatibilizar as necessidades locais com a perspectiva de uso dos materiais ao longo dos exercícios de 2025 e 2026. Essa consolidação permite dimensionar adequadamente o volume a ser licitado, minimizando riscos de desabastecimento e evitando superdimensionamento que possa gerar saldos ociosos.

8.4. Os endereços de entrega dos materiais para cada Coordenação Regional e para a FPE Awá estão detalhados no item 6.3 deste ETP, devendo ser considerados na logística de distribuição e na formação dos preços pelos licitantes. A vinculação entre itens, quantitativos por unidade (nas respectivas colunas da tabela) e locais de entrega assegura transparência, precisão na estimativa das quantidades e aderência às condições operacionais das unidades descentralizadas que serão responsáveis pela execução dos projetos nas Terras Indígenas.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	CR-CGR	CR-DOU	CR-PP	CR-MA	FPE-AWA	QTD
SEMENTES									
1	Semente Tipo: Gramínea , Espécie 1: Milho (<i>Zea mays</i>) , Classificação: Cultivar Al Bandeirante	390243	Saco de 5 kg	1200	1200	1000	1000	100	4500
2	Semente Tipo: Leguminosa , Espécie: Feijão-Soja, Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i> <i>Pinto Group</i>) , Classificação: Carioca , Características Adicionais: Certificada	247508	Saco de 5 kg	660	0	0	0	0	660
3	Semente de Feijão Guandu (<i>Cajanus cajan</i>)	485321	Kg	0	800	0	0	0	800
4	Semente de Feijão Caupi (<i>Vigna unguiculata</i>)	390240	Kg	0	800	0	0	0	800
5	Semente de Amendoim- Forrageiro (<i>Arachis pintoii</i>)	393136	Kg	0	24	0	0	0	24
6	Semente de arroz sequeiro, (<i>Oryza sativa</i>), Variedade: BRS A502 ou Variedade com características similares	363634	Saco de 20kg	150	200	200	500	20	1070
7	Semente de Abóbora Menina Brasileirinha (<i>Curcubita maxima</i>)	264095	Pacote de 100g	220	0	400	1000	50	1670
8	Semente de Abóbora, Espécie cucurbitácea, Variedade: Abóbora Pataca Gigante (<i>Curcubita maxima</i>)	292741	Pacote de 100g	220	0	0	0	0	220

9	Semente de Abóbora (<i>Curcubita Maxima</i>), Variedade: Moranga exposição	264094	Pacote de 100g	160	240	400	0	0	800
10	Semente de Abóbora (<i>cucúrbita moschata</i>). Variedade Abóbora Menina Rajada, Seca.	264095	Pacote de 100g	360	240	0	0	0	600
11	Semente de Abóbora (<i>Curcubita maxima Duchesne</i>), Variedade: tetsukabuto (Cabotiã)	237671	Pacote de 100g	260	240	0	0	0	500
12	Semente de Amendoim (<i>Arachis hypogaea</i>), Variedade: IAC Tatu ST, ou Variedade com características similares	295772	Pacote de 1Kg	0	200	0	0	0	200
13	Semente de Crotalária (<i>C. juncea</i> , <i>C. spectabilis</i> e <i>C. ochroleuca</i>)	243608	Pacote de 20kg	0	50	0	0	0	50
14	Semente de Melancia (<i>citrullus lanatus</i>) Tipo: Crimson Sweet	275883	Pacote de 100G	290	240	500	1000	0	2030
15	Semente de Melão (<i>Cucumis melo L.</i>), Variedade: Amarelo	236445	Pacote de 100g	160	0	0	0	0	160
16	Semente de Mamão Hawai (<i>Carica papaya</i>) 250mg	358876	Pacote 250mg	0	0	200	0	0	200
17	Semente de Maracujá Azedo (<i>Passiflora edulis</i>) 300mg	262515	Pacote 250g	0	0	200	0	0	200
18	Semente de Melancia Fairfax Comprida (<i>Citrullus lanatus</i>) 1g	275883	Pacote 1g	0	0	300	0	0	300
19	Semente de Melão, (<i>Cucumis melo</i>), Variedade: Caipira (Gaúcho)	236445	Pacote de 100g	160	0	900	0	0	1060
20	Semente de Quiabo (<i>hibíscus esculentus</i>) Variedade Santa Cruz	262517	Pacote de 100g	310	240	400	0	0	950
21	Semente de maxixe (<i>cucumis anguria</i>), Variedade: Comum (rugoso)	264534	Pacote de 100g	200	240	0	0	0	440
22	Semente de Jiló (<i>Solanum aethiopicum gilo Raddi</i>), variedade Morro Grande	260802	Pacote de 100g	80	240	0	0	0	320
23	Semente de Beterraba (<i>beta vulgaris esculenta</i>) tipo Early Wonder	237672	Pacote de 100g	130	240	0	0	0	370

24	Semente de Berinjela (<i>Solanum melongena</i>), Variedade: Comprida Roxa	629069	Pacote de 100g	80	0	0	0	0	80
25	Semente de Cenoura (<i>daucus carota</i>), Variedade: Brasília	260805	Pacote de 100g	80	240	0	0	0	320
26	Semente de Repolho (<i>brassica oleracea var capitata</i>), Variedade: Coração de boi.	315383	Pacote de 100g	160	240	0	0	0	400
27	Semente de Couve (<i>brassica oleracea</i>), Variedade: Manteiga.	315503	Pacote de 100g	180	240	100	0	0	520
28	Semente de Alface (<i>lactuca sativa</i>), Variedade: Crespa olinda	315379	Pacote de 100g	180	240	200	0	0	620
29	Semente de Rúcula (<i>Eruca vesicaria ssp. sativa</i>), Variedade: Folha Larga	281354	Pacote de 100g	80	0	0	0	0	80
30	Semente de Salsa (<i>Petroselinum crispum</i>), Variedade: Lisa	369904	Pacote de 100g	80	0	100	0	0	180
31	Semente de Coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), Variedade: Verdão ou Português	264101	Pacote de 100g	80	0	500	0	0	580
32	Semente de Cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>)	265139	Pacote de 100g	100	0	0	0	0	100
33	Semente de Espinafre (<i>Spinacia oleracea</i>), variedade Nova Zelândia	280998	Pacote de 100g	100	0	0	0	0	100
34	Semente de Pepino (<i>Cucumis sativus</i>), Variadade: Caipira	264096	Pacote de 100g	80	0	0	0	0	80
35	Semente de Pepino (<i>Cucumis sativus L.</i>), Variedade Aodai	399101	Pacote de 100g	80	0	0	0	0	80
36	Semente de Pimenta de Cheiro (<i>Capsicum chinense</i>), Variedade: Chapéu de Bispo (Cambuci)	264100	Pacote de 50g	50	0	0	0	0	50
37	Semente de Pimentão Verde (<i>Capsicum annum L.</i>)	262516	Pacote de 100g	80	0	0	0	0	80
38	Semente de Tomate Cereja (<i>Solanum melongena</i>), Variedade Cerasiforme	235370	Pacote de 100g	90	0	0	0	0	90
	Semente de Vagem (

39	<i>Phaseolus vulgaris L.</i>), Variedades: Macarrão, Paulista ou Brasília Trepador	237666	Pacote de 100g	100	0	0	0	0	100
----	---	--------	-------------------	-----	---	---	---	---	-----

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.134.061,44

Parâmetros utilizados

8.1 No levantamento de mercado, priorizou-se a pesquisa de aquisições da Administração Pública através da ferramenta "Pesquisa de Preços" do Portal Compras.gov.br. Nos casos em que foram encontrados poucos resultados nas aquisições públicas, complementou-se a pesquisa com consultas a sites de comércio eletrônico especializado. Foram coletados, no mínimo, três preços, seja de compras realizadas por outros Órgãos da Administração Pública ou de cotações diretas com lojas online, obtendo-se o preço de referência através do cálculo da média.

8.2 Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, a pesquisa foi realizada mediante a combinação dos parâmetros definidos nos incisos I e III, conforme transcrito abaixo:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 12 (doze) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

Metodologia para obtenção do preço estimado:

Conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, nas análises de pesquisa de preços dos itens em que foi possível obter resultados exclusivamente por meio do módulo "Pesquisa de Preços" do Portal Compras.gov.br, adotou-se a mediana dos valores apurados, em conformidade com o Art. 5º, inciso I, da referida norma, por representar de forma mais fidedigna o comportamento central do mercado, reduzindo o impacto de valores discrepantes.

Nos casos em que não foi possível identificar pelo menos três resultados de compras semelhantes no módulo "Pesquisa de Preços", foram agregados aos resultados levantados dados provenientes de fontes externas, como pesquisas publicadas em mídia ou portais especializados, conforme previsto no inciso III do Art. 5º. Nesses casos, optou-se pela utilização da média aritmética simples, por refletir de maneira adequada a proporcionalidade dos valores disponíveis, considerando o número reduzido de amostras e a necessidade de estimativa representativa do valor de mercado.

Preço estimado

8.4. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 1.654.386,64 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais, e sessenta e quatro centavos)** elencados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTD	QTD	QTD
1	Semente Tipo: Gramínea , Espécie 1: Milho (<i>Zea mays</i>) , Classificação: Cultivar Al Bandeirante	390243	Saco de 5 kg	4500	R\$ 77,62	R\$ 349.290,00
2	Semente Tipo: Leguminosa , Espécie: Feijão-Soja, Feijão (<i>Phaseolus vulgaris Pinto Group</i>) , Classificação: Carioca , Características Adicionais: Certificada	247508	Saco de 5 kg	660	R\$ 145,00	R\$ 95.700,00
3	Semente de Feijão Guandu (<i>Cajanus cajan</i>)	485321	Kg	800	R\$ 42,00	R\$ 33.600,00
4	Semente de Feijão Caupi (<i>Vigna unguiculata</i>)	390240	Kg	800	R\$ 8,61	R\$ 6.888,00
5	Semente de Amendoim-Forrageiro (<i>Arachis pintoi</i>)	393136	Kg	24	R\$ 478,91	R\$ 11.493,84
6	Semente de arroz sequeiro, (<i>Oryza sativa</i>), Variedade: BRS A502 ou Variedade com características similares	363634	Saco de 20kg	1070	R\$ 335,00	R\$ 358.450,00
7	Semente de Abóbora Menina Brasileirinha (<i>Curcubita maxima</i>)	264095	Pacote de 100g	1670	R\$ 68,00	R\$ 113.560,00
8	Semente de Abóbora, Espécie cucurbitácea, Variedade: Abóbora Pataca Gigante (<i>Curcubita maxima</i>)	292741	Pacote de 100g	220	R\$ 39,00	R\$ 8.580,00
9	Semente de Abóbora (<i>Curcubita Maxima</i>), Variedade: Moranga exposição	264094	Pacote de 100g	800	R\$ 47,38	R\$ 37.904,00
10	Semente de Abóbora (<i>cucúrbita moschata</i>).Variedade Abóbora Menina Rajada, Seca.	264095	Pacote de 100g	600	R\$ 68,61	R\$ 41.166,00
11	Semente de Abóbora (<i>Curcubita maxima Duchesne</i>), Variedade: tetsukabuto (Cabotiã)	237671	Pacote de 100g	500	R\$ 138,18	R\$ 69.090,00
12	Semente de Amendoim (<i>Arachis hypogaea</i>) , Variedade: IAC Tatu ST, ou Variedade com características similares	295772	Pacote de 1Kg	200	R\$ 52,30	R\$ 10.460,00
13	Semente de Crotalária (<i>C. juncea</i> , <i>C. spectabilis</i> e <i>C. ochroleuca</i>)	243608	Pacote de 1kg	50	R\$ 24,50	R\$ 1.225,00
14	Semente de Melancia (<i>citrullus lanatus</i>) Tipo: Crimson Sweet	275883	Pacote de 100G	2030	R\$ 50,50	R\$ 102.515,00
15	Semente de Melão (<i>Cucumis melo L.</i>), Variedade: Amarelo	236445	Pacote de 100g	160	R\$ 78,93	R\$ 12.628,80
16	Semente de Mamão Hawai (<i>Carica papaya</i>)	358876	Pacote 10g	200	R\$ 40,98	R\$ 8.196,00
17	Semente de Maracujá Azedo (<i>Passiflora edulis</i>)	262515	Pacote 50g	200	R\$ 125,35	R\$ 35.070,00
18	Semente de Melancia Fairfax Comprida (<i>Citrullus lanatus</i>)	275883	Pacote 100g	300	R\$ 71,62	R\$ 21.486,00
19	Semente de Melão, (<i>Cucumis melo</i>), Variedade: Caipira (Gaúcho)	236445	Pacote de 100g	1060	R\$ 59,68	R\$ 63.260,80
20	Semente de Quiabo (<i>hibíscus esculentus</i>) Variedade Santa Cruz	262517	Pacote de 100g	950	R\$ 15,49	R\$ 14.715,50
21	Semente de maxixe (<i>cucumis anguria</i>), Variedade: Comum (rugoso)	264534	Pacote de 100g	440	R\$ 120,50	R\$ 53.020,00
22	Semente de Jiló (<i>Solanum aethiopicum gilo Raddi</i>), variedade Morro Grande	260802	Pacote de 100g	320	R\$ 74,88	R\$ 23.961,60
23	Semente de Beterraba (<i>beta vulgaris esculenta</i>) tipo Early Wonder	237672	Pacote de 100g	370	R\$ 24,25	R\$ 8.972,50
24	Semente de Berinjela (<i>Solanum melongena</i>), Variedade: Comprida Roxa	629069	Pacote de 100g	80	R\$ 72,65	R\$ 5.812,00
25	Semente de Cenoura (<i>daucus carota</i>), Variedade: Brasília	260805	Pacote de 100g	320	R\$ 33,85	R\$ 10.832,00
26	Semente de Repolho (<i>brassica oleracea var capitata</i>), Variedade: Coração de boi.	315383	Pacote de 100g	400	R\$ 47,48	R\$ 18.992,00
27	Semente de Couve (<i>brassica oleracea</i>), Variedade: Manteiga.	315503	Pacote de 100g	520	R\$ 43,25	R\$ 22.490,00
28	Semente de Alface (<i>lactuca sativa</i>), Variedade: Crespa olinda	315379	Pacote de 100g	620	R\$ 45,00	R\$ 27.900,00
			Pacote		R\$	

29	Semente de Rúcula (<i>Eruca vesicaria ssp. sativa</i>), Variedade: Folha Larga	281354	de 100g	80	28,21	R\$ 2.256,80
30	Semente de Salsa (<i>Petroselinum crispum</i>), Variedade: Lisa	369904	Pacote de 100g	180	R\$ 26,45	R\$ 4.761,00
31	Semente de Coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), Variedade: Verdão ou Português	264101	Pacote de 100g	580	R\$ 18,96	R\$ 10.996,80
32	Semente de Cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>)	265139	Pacote de 100g	100	R\$ 106,79	R\$ 10.679,00
33	Semente de Espinafre (<i>Spinacia oleracea</i>), variedade Nova Zelândia	280998	Pacote de 100g	100	R\$ 110,11	R\$ 11.011,00
34	Semente de Pepino (<i>Cucumis sativus</i>), Variadade: Caipira	264096	Pacote de 100g	80	R\$ 169,02	R\$ 13.521,60
35	Semente de Pepino (<i>Cucumis sativus</i> L.), Variedade Aodai	399101	Pacote de 100g	80	R\$ 48,88	R\$ 3.910,40
36	Semente de Pimenta de Cheiro (<i>Capsicum chinense</i>), Variedade: Chapéu de Bispo (Cambuci)	264100	Pacote de 50g	50	R\$ 92,83	R\$ 4.641,50
37	Semente de Pimentão Verde (<i>Capsicum annum</i> L.)	262516	Pacote de 100g	80	R\$ 140,77	R\$ 11.261,60
38	Semente de Tomate Cereja (<i>Solanum melongena</i>), Variedade Cerasiforme	235370	Pacote de 100g	90	R\$ 249,21	R\$ 22.428,90
39	Semente de Vagem (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.), Variedades: Macarrão, Paulista ou Brasília Trepador	237666	Pacote de 100g	100	R\$ 16,59	R\$ 1.659,00
Valor Estimado de Sementes						R\$ 1.654.386,64

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A decisão de não agrupar os itens referentes ao fornecimento de sementes em uma única licitação revela-se tecnicamente e juridicamente apropriada, alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à promoção da ampla competitividade e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A heterogeneidade intrínseca dos itens – que abrange espécies, cultivares, volumes e finalidades agrônômicas distintas, como milho, feijão, abóbora e hortaliças variadas – impõe tratamento individualizado, evitando que um arranjo grupal artificial obrigue fornecedores a atuarem em segmentos fora de sua especialização, o que inevitavelmente restringiria o número de participantes e comprometeria a disputa competitiva.

9.2. Essa estrutura por itens individuais permite que empresas de porte diferenciado ou com expertise setorial – como produtores regionais de sementes certificadas ou focados em culturas específicas para etnodesenvolvimento e segurança alimentar – concorram exclusivamente onde detêm vantagem comparativa, ampliando o universo de licitantes e favorecendo preços mais aderentes ao mercado real. Agrupar tais objetos demandaria capacidade técnica e logística uniforme de todos os concorrentes, configurando potencial exigência desproporcional que poderia excluir competidores qualificados, em violação ao dever de isonomia e à vedação de restrições indevidas à participação, conforme reiterado pela jurisprudência dos Tribunais de Contas.

9.3. Ademais, o julgamento por menor preço por item assegura a economicidade otimizada em cada semente, evitando que um preço global aparentemente atrativo mascare sobrepreços em componentes essenciais, o que contrariaria a essência do julgamento objetivo e da vantajosidade prevista no art. 33 da Lei nº 14.133/2021. Essa abordagem mitiga, ainda, riscos contratuais, uma vez que a diversificação de fornecedores distribui o perigo de inadimplemento: falhas em um item isolado não paralisam o suprimento integral, preservando a continuidade de políticas públicas vinculadas ao objeto, como projetos de gestão ambiental e segurança alimentar indígena.

9.4. Por fim, a opção pelo fracionamento por itens reflete a lógica do mercado de sementes, caracterizado por segmentação natural por cultura e região, e confere maior segurança jurídica ao certame, reduzindo vulnerabilidades a impugnações fundadas em alegada limitação de competição. Assim, a ausência de agrupamento não apenas maximiza a eficiência administrativa, mas também reforça a lisura procedimental, em harmonia com as melhores práticas licitatórias e a supremacia do interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade da contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Planejamento das Contratações Anual 2024

11.1 A presente contratação tem seu respaldo no Planejamento Estratégico 2024/2027 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI.

11.2 A futura contratação está contemplada nos Planos de Contratações Anuais das Coordenações Regionais da FUNAI, publicados no Portal Nacional de Contratações Pública, e já autorizado pela autoridade competente, conforme informações abaixo:

11.2.1. PCA 2025 - 194020 - COORDENACAO REGIONAL CAMPO GRANDE/MS

- Documento de Formalização de Demanda nº 05/2025
- Id pca PNCP: 00059311000126-0-000019/2025
- Data de publicação no PNCP: 16/05/2024
- Identificador da Futura Contratação: 194020-4/2025 e 194020-9/2025
- Id do item no PCA: 74, 75 e 114
- Classe/Grupo: 8730 - SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS

11.2.2.PCA 2025 - 194064 - COORDENAÇÃO REGIONAL DOURADOS - MS

- Id pca PNCP: 00059311000126-0-000025/2025
- Identificador da Futura Contratação: 194064-2/2025
- Data de publicação no PNCP: 14/11/2024
- Id do item no PCA: 36 a 51
- Classe/Grupo: 8730 - SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS

11.2.3.PCA 2026 - 194085 - COORDENAÇÃO REGIONAL PONTA PORÃ/MS

- Id pca PNCP: 00059311000126-0-000015/2026
- Data de publicação no PNCP: 12/05/2025
- Identificador da Futura Contratação: 194085-10/2026
- Id do item no PCA: 153 a 169
- Classe/Grupo: 8730 - SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS

11.2.4.PCA 2026 - 194033 - COORDENACAO REGIONAL ARAGUAIA TOCANTINS

- Id pca PNCP: 00059311000126-0-000021/2026
- Data de publicação no PNCP: 15/05/2025
- Identificador da Futura Contratação: 194033-6/2026
- Id do item no PCA: 41 e 42
- Classe/Grupo: 8730 - SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS

11.3 A despesa correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2025, na dotação abaixo discriminada:

GESTÃO/UNIDADE:	19208/194026
-----------------	--------------

FONTE:	1000000000 e demais que vierem descentralizar recurso
NATUREZA DA DESPESA:	3390.30
PTRES	232729 e demais que vierem descentralizar recursos

Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)

11.4. A Nova Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021) definiu o desenvolvimento nacional sustentável tanto como princípio a ser observado na aplicação da lei (art. 5º), quanto objetivo do processo licitatório (art. 11), dentre outros princípios e objetivos esculpidos no diploma normativo.

11.5. A elaboração, aprovação e atualização do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Funai é responsabilidade da alta administração, em especial da Presidência e da Diretoria de Gestão Administrativa (DAGES), no âmbito da governança de contratações e logística da instituição. Ainda que o PLS institucional se encontre em fase de formalização, as contratações já devem observar os eixos temáticos definidos como referência para o período, alinhando-se desde já às diretrizes de sustentabilidade previstas na legislação e nos modelos adotados na administração pública federal.

11.6. Os sete eixos temáticos usualmente adotados em PLS no âmbito federal são os seguintes:

- Eixo 1. "Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços"
- Eixo 2. "Racionalização da ocupação dos espaços físicos"
- Eixo 3 "Identificação dos objetos de menor impacto ambiental"
- Eixo 4 "Fomento à inovação no mercado"
- Eixo 5 "Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas"
- Eixo 6 "Divulgação, conscientização e capacitação"
- Eixo 7 "Equidade, Diversidade e Qualidade de Vida"

11.7. De forma resumida, podem ser relacionadas às diretrizes e eixos do PLS as seguintes medidas para esta futura contratação de sementes e mudas:

a) Em relação ao **Eixo 1 – Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços**, a contratação prioriza a aquisição de quantidades dimensionadas a partir de diagnósticos regionais e do PIAPE, evitando compras excedentes e desperdício de sementes e mudas, bem como planejando entregas em janelas compatíveis com o calendário agrônomo das Terras Indígenas, o que reduz perdas, retrabalho e custos logísticos desnecessários.

b) Quanto ao **Eixo 2 – Racionalização da ocupação dos espaços físicos**, a estratégia de agrupar as mudas em lotes regionais e concentrar entregas em períodos curtos diminui a necessidade de armazenagem prolongada nas sedes das Coordenações Regionais, que não dispõem de viveiros estruturados, reduzindo a ocupação de áreas administrativas com materiais biológicos sensíveis e otimizando o uso de espaços físicos já existentes.

c) Em consonância com o **Eixo 3 – Identificação dos objetos de menor impacto ambiental**, foram selecionados insumos diretamente associados à produção de alimentos saudáveis e à restauração florestal com espécies nativas, priorizando mudas e sementes que promovem recuperação de áreas degradadas,

proteção de nascentes e aumento da biodiversidade, em detrimento de insumos de alto impacto ambiental ou baixa durabilidade.

d) No que tange ao **Eixo 4 – Fomento à inovação no mercado**, a contratação estimula fornecedores que adotam boas práticas de produção de sementes e mudas (rastreadabilidade, respeito a padrões de qualidade, origem genética adequada e uso de técnicas de viveirismo mais eficientes), abrindo espaço para soluções inovadoras em logística de entrega, acondicionamento e assistência técnica vinculada ao fornecimento.

e) Em alinhamento ao **Eixo 5 – Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas**, o edital prevê a participação de cooperativas, organizações da agricultura familiar e empreendimentos que atuam com sociobiodiversidade, promovendo modelos de negócio com impacto social e ambiental positivo em territórios indígenas e em seus entornos, em sintonia com políticas como PAA, PNAE e cadeias da sociobiodiversidade.

f) Em relação ao **Eixo 6 – Divulgação, conscientização e capacitação**, a execução da contratação será articulada com ações de orientação às equipes das CRs e às comunidades indígenas quanto ao recebimento, manejo, armazenamento temporário e plantio adequado de sementes e mudas, fortalecendo capacidades locais e evitando que falhas de uso comprometam os objetivos de segurança alimentar e recuperação ambiental.

g) Por fim, em consonância com o **Eixo 7 – Equidade, Diversidade e Qualidade de Vida**, a priorização de sementes e mudas voltadas à produção de alimentos tradicionais, sistemas agroflorestais e restauração de territórios indígenas contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida, da soberania e segurança alimentar e da resiliência climática das comunidades, respeitando sua diversidade cultural e seus modos próprios de produzir e se relacionar com o território.

11.8. Assim, ainda que o Plano de Logística Sustentável da Funai não esteja formalmente concluído, a presente contratação incorpora, desde já, medidas concretas alinhadas aos princípios e eixos que devem balizar o futuro PLS institucional, demonstrando compromisso com o desenvolvimento nacional sustentável preconizado pela Lei nº 14.133 /2021 e com a missão indigenista da Fundação.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DA FUNAI PARA O QUADRIÊNIO 2024 – 2027.

11.9. A futura contratação de semente e mudas dialoga diretamente com os objetivos finalísticos, gerenciais e de suporte do Plano Estratégico Institucional da Funai 2024–2027, ao fortalecer a capacidade operacional das CRs e CTLs para promover etnodesenvolvimento, segurança alimentar e gestão ambiental nas Terras Indígenas.

11.10. No Eixo Direitos Sociais, o PEI enfatiza o “bem viver” e o acesso adequado às políticas sociais, articulando educação, proteção social, infraestrutura comunitária e processos educativos comunitários. A distribuição de sementes e mudas para roças familiares e comunitárias, sistemas agroflorestais e pomares nas Terras Indígenas fortalece a segurança e a soberania alimentar, apoia iniciativas de geração de renda e melhora direta das condições de vida, cumprindo a diretriz de promoção de direitos sociais com pertinência cultural. Essas ações se alinham, em especial, aos objetivos de “estabelecer diretrizes para construção de infraestruturas comunitárias em terras indígenas” e de “apoiar processos educativos comunitários”, pois articulam insumos produtivos com práticas tradicionais de manejo, formação local e organização comunitária.

11.12. No eixo “Gestão Ambiental e Territorial nos Territórios Indígenas”, o plano define como objetivos promover a gestão territorial e socioambiental, ampliar áreas em recuperação ambiental e fomentar a sociobioeconomia indígena, inclusive por meio de um Programa Nacional de Produção em Terras Indígenas (PRONAPTI) e de instrumentos para recuperação ambiental. A contratação de sementes e mudas de espécies alimentares e nativas contribui diretamente para as metas de recuperação ambiental (aumento de hectares em restauração), para a formação de sistemas produtivos de base florestal e agroecológica e para o fortalecimento da sociobioeconomia indígena, ao apoiar cadeias da sociobiodiversidade e arranjos produtivos sustentáveis em territórios indígenas.

11.13. Dessa forma, ao mesmo tempo em que reforça o direito à alimentação adequada, à renda e à qualidade de vida (Eixo Direitos Sociais), a contratação também operacionaliza objetivos de gestão territorial e ambiental, restauração e sociobioeconomia (Eixo Gestão Ambiental e Territorial), configurando instrumento concreto de implementação do Plano Estratégico Institucional no período 2024/2027.

11.14.No âmbito dos objetivos gerenciais e de suporte, a contratação estruturada via sistema de registro de preços, com planejamento integrado de quantidades, critérios de sustentabilidade, racionalização logística e uso de margens de preferência quando cabíveis, responde às fragilidades apontadas no PEI quanto à gestão de contratos, logística, patrimônio e estrutura de contratações nas CRs, ao mesmo tempo em que fortalece a governança, a eficiência do gasto e a capacidade institucional da Funai para executar a política indigenista de forma planejada e articulada com o PPA 2024–2027.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação proposta permitirá ampliar de forma significativa a capacidade das Coordenações Regionais e da FPE Awá de executar projetos de etnodesenvolvimento, produção de alimentos e restauração florestal, materiais necessários à implementação das ações planejadas nas Terras Indígenas.

12.2. Ao consolidar as demandas de múltiplas unidades em um único procedimento, com uso de sistema de registro de preços, a contratação trará ganhos de economicidade (melhores preços unitários, fretes otimizados, redução de certames), de eficiência administrativa (menos processos, maior previsibilidade de abastecimento) e de governança (padronização de especificações, condições contratuais e requisitos de sustentabilidade), contribuindo para melhor execução orçamentária em 2025 e 2026.

12.3. A disponibilidade dos materiais contratados resultará em benefícios diretos às comunidades indígenas atendidas, tais como: aumento da produção de alimentos e da segurança alimentar, fortalecimento de viveiros e ações de recuperação ambiental e geração de oportunidades de renda (inclusive via PAA/PNAE e cadeias da sociobiodiversidade), com impactos positivos na autonomia produtiva, na proteção dos territórios e na resiliência socioambiental das TIs.

12.4. Por fim, a contratação contribuirá para o cumprimento da missão institucional da Funai e das diretrizes da política indigenista e ambiental do governo federal, ao alinhar as aquisições com princípios de desenvolvimento sustentável, inclusão produtiva e redução de vulnerabilidades, proporcionando condições materiais mínimas para que as Coordenações Regionais executem de forma integrada, contínua e coordenada os projetos estruturantes previstos em seus planos de trabalho.

13. Providências a serem Adotadas

Providências ligadas à aquisição e logística

13.1. Para sementes: manter parcelamento por itens/grupos, permitindo maior competitividade e participação de cooperativas e agricultores familiares, com exigência de Renasem/RNC e padrões mínimos de qualidade.

13.2. Exigir no edital e contrato planos de entrega detalhados (rotas, prazos, condições de transporte, acondicionamento, responsabilidade por perdas em trânsito) e, quando possível, cláusulas de assistência técnica vinculada ao fornecimento (orientações de plantio e manejo inicial).

Providências de gestão de projetos e uso dos bens

13.4. Vincular formalmente cada remessa de sementes a Planos Anuais de Trabalho ou projetos de etnodesenvolvimento/gestão ambiental aprovados nas CRs, com indicação da TI, comunidade beneficiária, área estimada e responsável técnico local.

13.5. Exigir que as CRs elaborem planos simplificados de uso dos bens (quem recebe, onde planta, quando, com qual objetivo), assinados por lideranças e CTLs/FPEs, para evitar dispersão e uso desconectado de metas.

13.6. Prever responsável técnico por unidade/território (servidor da Funai ou parceiro ATER) para apoiar o planejamento de plantio, recomendar espécies adequadas e orientar correções de rumo.

Providências de acompanhamento, avaliação e sustentabilidade

13.7. Instituir rotina mínima de monitoramento (por exemplo, relatórios semestrais) com indicadores como: área plantada, produção obtida, número de famílias beneficiadas.

13.8. Integrar os dados da contratação a um painel interno de indicadores ligado ao PEI/PPA (segurança alimentar, recuperação ambiental, sociobioeconomia), permitindo avaliação anual dos resultados e realinhamento de estratégias.

13.9. Prever ações de capacitação e orientação às comunidades sobre manejo de sementes, coleta de sementes nativas e manutenção de viveiros comunitários, visando reduzir dependência de compras futuras.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Impactos ambientais positivos

14.1. Aumento da biodiversidade e conectividade: espécies nativas e sistemas agroflorestais ampliam a diversidade de plantas, atraem fauna e podem formar corredores ecológicos entre fragmentos florestais.

14.2. Mitigação climática e adaptação: árvores em crescimento fixam carbono e ajudam a reduzir ilhas de calor, enquanto sistemas produtivos mais resilientes aumentam a capacidade das comunidades de enfrentar eventos climáticos extremos.

14.3. Redução de pressão sobre áreas naturais: ao fortalecer roças, pomares e manejo agroflorestal em áreas já antropizadas, diminui-se a tendência de abertura de novas áreas em florestas primárias.

Impactos ambientais potenciais negativos (se mal conduzida)

14.4. Risco de uso inadequado de insumos: se sementes forem acompanhadas de insumos não planejados (fertilizantes, defensivos) e não houver orientação técnica, pode haver contaminação de solo e água.

14.5. Introdução de materiais pouco adaptados: escolha inadequada de espécies ou procedências genéticas pode gerar baixa taxa de pegamento, desperdício de recursos e, em casos extremos, competição com espécies locais.

14.6. Pressão sobre recursos hídricos: expansão de áreas irrigadas ou mal planejadas pode aumentar demanda por água em regiões já vulneráveis, se não houver manejo adequado.

14.7. Se bem planejada (espécies nativas e adaptadas, orientação técnica, respeito às capacidades locais de manejo), a contratação favorece fortemente a recuperação ambiental, a sociobiodiversidade e a resiliência climática nas Terras Indígenas, sendo os impactos negativos potenciais controláveis por meio de critérios técnicos no TR, capacitação e monitoramento

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Após análise técnica realizada pela equipe de Planejamento, conclui-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresenta fundamentos adequados, atendendo aos requisitos normativos e às necessidades identificadas para o objeto em questão.

15.2. Verificou-se que as alternativas propostas foram devidamente avaliadas quanto à sua exequibilidade técnica, econômica e operacional, sendo possível afirmar a viabilidade da solução indicada. O ETP demonstra coerência entre

a demanda apresentada, as estimativas de custo, os prazos propostos e os recursos disponíveis, evidenciando condições favoráveis para o prosseguimento das etapas subsequentes do processo de contratação.

15.3. Dessa forma, a equipe de Planejamento manifesta-se favoravelmente à continuidade do procedimento, recomendando a elaboração dos documentos complementares necessários para a próxima fase.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELDER PAULO RIBAS DA SILVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 14:48:58.

JACKSON PETINARI DOS REIS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 15:18:25.